

# NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 22/Fev



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3141- Ano 2024



PETROPOLIS/RJ

## Sindicato apura denúncias e toma providências contra empresas que prejudicam vigilantes

**SEM VIGILANTE NÃO TEM EVENTO!**

**DIGA NÃO A EXPLORAÇÃO NÃO ACEITE TRABALHAR ABAIXO DO PREÇO**

<b>PERÍODO DE ATÉ 10 HORAS</b>	<b>PERÍODO DE ATÉ 12 HORAS</b>
<b>MÍNIMO DE R\$ 151,28</b> <small>(cento e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos)</small>	<b>MÍNIMO DE R\$ 176,69</b> <small>(cento e setenta e seis reais e sessenta e nove centavos)</small>
<b>+ LANCHE</b> [sanduiche misto + 01 fruta + 01 bebida]	<b>+ LANCHE</b> [sanduiche misto + 01 fruta + 01 bebida]

**Sindicato dos Vigilantes**  
Petrópolis e Região

O Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e região traz três sérias denúncias de descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho por empresas de segurança que atuam na região. Uma prática que prejudica os trabalhadores. Em todas elas, a direção do Sindicato já tomou providências para garantir

A Empresa ANGELS Segurança não vem efetuando o pagamento de vale alimentação conforme consta na CCT. Diante disso, o Sindicato

notificou a Caixa Econômica Federal, que é a contratante, e no mesmo dia a Empresa ANGELS fez a regularização dos vales alimentação dos vigilantes lotados nos postos do banco.

Já a empresa VETORSEG, que presta serviço de vigilância patrimonial ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), foi notificada em conjunto com a contratante por conta de contratação irregular de vigilante para rendição de almoço com valor de salário mensal de R\$ 520. Após o acionamento realizado pelo Sindicato, o TRT deu prazo de 24h para empresa regularizar a situação dos vigilantes.

A SECURITY vem insistindo em fazer contrato de vigilante intermitente sem o conhecimento do Sindicato. As contratações seriam para prestação de serviços de vigilância para agências do Banco do Brasil Estilo. A diretoria do Sindicato vai acionar a empresa e a direção do banco no Ministério Público do Trabalho para que a Convenção Coletiva seja cumprida e outras medidas cabíveis sejam tomadas.

**FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e Região**

# O SindForte/RN se divide em Força Tarefa na luta pelos direitos da categoria



O SindForte-RN, foi fundado por uma necessidade de defender a categoria dos vigilantes das empresas de transporte de valores que até então estava sendo negligenciada e, desde então, não houve um dia se quer sem lutar em favor dos trabalhadores.

O SindForte-RN, tem se dividido em uma força tarefa entre Natal/RN e Recife /PE, para poder cumprir as demandas da categoria e graças a competência de sua diretoria vem dando conta do recado. Nesta última terça-feira, 20 representado por seus diretores e o departamento jurídico: Jamerson Costa, Nelson Bruno, advogado Oderley Resende e sua assistente, respectivamente, advogada Brenda Alencar, participaram de audiência no TRT – Tribunal Regional do Trabalho, em Natal/RN, em ação contra a PROSEGUR RN.

Cumprindo agenda das audiências, também no dia de hoje, 21/02, no TRT, em Natal/RN, os diretores Nelson Bruno, Francisco Barbosa, Kleyton Caetano e Dra. Brenda Alencar, jurídico, representaram o SindForte/RN em audiência contra a empresa PRESERV.

Dando seguimento as negociações, iniciadas nesta terça-feira, 20/02, na cidade de Recife/PE, com a classe patronal, relativa as reivindicações da categoria, dentre elas o aumento salarial coletivo, o SindForte-RN, representado por seu Presidente: Antônio Fernandes e os seus diretores: Rômulo Pessoa, Rogério Rodrigues e Josimar Souza, somaram forças com as entidades classistas: CNTV; Fintervig; Fivabs, além do grupo do G5 formado pelos sindicatos do nordeste: Sindvigilantes/AL, Sindvigilantes/CampinaGrande/PB, Sindesforte/PB, Sindforte/PE e Sindvigilantes/SE.

“A força tarefa foi montada para podermos continuar lutando e atendendo todas as demandas da categoria que luta por um salário digno e melhores condições de trabalho, não vamos parar, até nossas justas reivindicações, forem atendidas”, pontuou o Antonio Fernandes, Presidente do SindForte/RN.

“Quem não luta pelos seus direitos, não são dignos dele”

**VIGILANTES UNIDOS JAMAIS SERÃO VENCIDOS**

FONTE: SindForte/RN

# Sindicato dos Vigilantes de Alagoas participou de uma audiência no MPT com a empresa Tigre Vigilância



## SINDICATO PARTICIPA DE AUDIÊNCIA NO MPT COM REPRESENTANTES DA TIGRE VIGILÂNCIA PARA DISCUTIR ATRASOS NO 13º SALÁRIO DOS VIGILANTES

O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas participou, nesta segunda-feira (19), de uma audiência na sede do Ministério Público do Trabalho em Maceió com representantes da empresa Tigre Vigilância para tratar dos atrasos no pagamento do 13º salário dos trabalhadores que prestam serviço para a Secretaria de Estado da Saúde (Sesau), bem como das verbas

rescisórias de alguns vigilantes da empresa.

Diante do que foi exposto pelos representantes da empresa, o sindicato não aceitou o acordo proposto, uma vez que a Tigre Vigilância também foi denunciada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Alagoas

# Paim cobra votação de projeto que criminaliza ações preconceituosas de agentes de segurança



**Proposta do senador Paulo Paim aguarda análise na Câmara desde 2020**  
**Foto: Alessandro Dantas**

Diante de mais um caso de prática racista e truculenta em abordagem policial, desta vez a um motoboy vítima de uma facada, em Porto Alegre, no último sábado (17/2), o senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a cobrar a aprovação de um projeto de sua autoria, que criminaliza a prática de atos de agentes de segurança com base em preconceito.

O desentendimento entre o motoboy negro e um homem branco foi registrado por testemunhas. Apesar de ter sido a vítima do

ataque, o homem negro – que chamara a Brigada Militar para ajudá-lo – foi preso e algemado pelos agentes de segurança após a abordagem. O homem negro sofreu escoriações no pescoço provocadas pela faca.

A proposta do senador Paulo Paim (PL 5231/2020) foi aprovada pelo Senado Federal em 2020, e, desde então, aguarda análise na Câmara dos Deputados.

O texto torna crime a prática de atos por agentes públicos e profissionais de segurança

privada com base em preconceito de qualquer natureza, notadamente de raça, origem étnica, gênero, orientação sexual ou culto.

“Volto a insistir: a Câmara não pode se omitir. É urgente a aprovação do projeto que trata da abordagem policial, já aprovado pelo Senado. Chega de abordagens truculentas, racistas, homofóbicas, discriminatórias e preconceituosas, veemente ataque aos direitos humanos e à vida”, defendeu o senador Paulo Paim, presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado.

O projeto explicita que a vedação a condutas discriminatórias contempla todas as ações relacionadas à segurança pública e fiscalização, inclusive barreiras rodoviárias, abordagens e revistas policiais, fiscalização aduaneira, serviços de imigração, vistorias, inspeções, execução de medidas de interdição de acesso a locais ou instalações, interrupção ou suspensão de atividades de caráter coletivo.

### **Dignidade humana**

O texto ainda prevê que agentes públicos ou profissionais de segurança privada não poderão, nem em caso de advertência verbal, ofender, insultar ou agredir uma pessoa; aplicar excessivo ou desnecessário rigor; fazer uso desproporcional da força; e desrespeitar a dignidade da pessoa humana.

Nos casos de flagrante delito, a conduta da autoridade pública ou de profissional de segurança privada deverá observar os limites estritos da necessidade e adequação diante do caso concreto. O texto esclarece, no entanto,

que a percepção e a análise de risco, nos casos concretos, não poderão ser baseadas em critérios de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero ou orientação sexual.

O projeto acrescenta ao Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940) um agravante para quem praticar violência no exercício de função. Atualmente, a pena prevista é de seis meses a três anos de detenção, mais pena correspondente à violência. Se a motivação for discriminação ou preconceito de qualquer espécie, a pena será aumentada pela metade.

### **População negra**

Na apresentação da proposta, o senador Paulo Paim lembrou vários exemplos de violência contra a população negra. Um deles, ocorreu em 19 de novembro de 2020, véspera do Dia da Consciência Negra, quando João Alberto Silveira Freitas, um homem negro de 40 anos, morreu depois de ser espancado por seguranças da rede de supermercados Carrefour, em Porto Alegre.

“É imperativo que todos os agentes públicos e os poderes constituídos no país empenhem esforços para que ocorra uma consolidação de políticas de promoção de igualdade em todos os níveis para reduzir a discriminação e o preconceito, seja através da educação e conscientização, seja por meio de leis que punam de forma severa e exemplar estes crimes tão odiosos”, argumentou o senador Fabiano Contarato (PT-ES), relator do projeto, à época.

Fonte: PT Nacional

# Flávio Dino propõe câmeras em uniformes de agentes de segurança privada

**Dino alega que a medida é necessária para “reduzir a própria violência contra os profissionais de segurança privada”**

Lucione Nazareth/Fatos de Brasília  
Pedro França/Agência Senado



**Dino alega que a medida é necessária para “reduzir a própria violência contra os profissionais de segurança privada”**

O senador Flávio Dino (PSB-MA) protocolou no Congresso projeto de lei que determina a obrigatoriedade da utilização de câmeras nos uniformes dos profissionais de segurança privada.

O texto prevê obrigatoriedade da utilização de câmeras corporais nos fardamentos dos profissionais de segurança privada para gravação audiovisual e controle da respectiva atuação profissional.

Segundo a proposta, as empresas de vigilância terão o prazo de 1 ano, contado da publicação da regulamentação da lei, para comprar e instalar câmeras aos uniformes dos profissionais de segurança.

Além disso é previsto, que a norma regulamentar estabelecerá as regras para

compartilhamento do conteúdo audiovisual com autoridades públicas quando necessárias à apuração de crimes, observadas as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), sem prejuízo do controle e fiscalização conduzidos pela Polícia Federal.

Na justificativa, Dino alega que a medida é necessária para “reduzir a própria violência contra os profissionais de segurança privada, otimizar os mecanismos de transparência, contribuindo para o trabalho dos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, das polícias judiciárias e defensores, além de fortalecer a confiança e a legitimidade do serviço de segurança privada”.

FONTE: VGNOTÍCIAS

# Direção Nacional da CUT reforça papel da classe trabalhadora na defesa da democracia

**Primeira reunião do ano da Direção Nacional da CUT, teve como destaque a defesa da democracia e da classe trabalhadora. Convidado para o evento, José Dirceu fez um resgate histórico da luta de classes no país**



O protagonismo da classe trabalhadora na defesa e manutenção da democracia no país foi um dos principais temas debatidos durante a primeira reunião da Direção Nacional da CUT, na última sexta-feira (16), em São Paulo. O encontro contou com a presença do ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, para uma análise da atual conjuntura no Brasil.

Na abertura da reunião, o presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, elencou importantes eventos que estão sendo já organizados para os próximos tempos, e que têm relação direta com a defesa da democracia.

Um dos acontecimentos é o Mês Internacional das Mulheres, cujas bandeiras definidas pelo Coletivo Nacional de Mulheres da CUT, em 2024, terão como prioridades além do fim da violência contra as mulheres e a luta pela igualdade salarial no trabalho, a defesa do Estado Democrático de Direito. Atos serão realizados no dia 8 de março, além de atividades durante todo o mês.

Outro deles, que já vem sendo articulado desde o ano passado é uma grande marcha da classe trabalhadora a Brasília, no mês de maio, como sequência do Dia Internacional do Trabalhador e da Trabalhadora, o 1º de maio.

## **Democracia em destaque**

A análise política do atual momento do Brasil, feita pelo ex-ministro José Dirceu, levou a Direção Nacional da CUT a um passeio pela história da luta da classe trabalhadora por direitos e pela democracia no Brasil ao longo de décadas. Citou também as estratégias da extrema direita e das elites econômicas no passado para explicar as tentativas de ataque à democracia em vários períodos do país, como em 1964 e, assim, ajudar a entender melhor as investidas antidemocráticas contemporâneas desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016 e, principalmente, pelas tentativas do ex-presidente Jair Bolsonaro, se perpetuar no poder.

Zé Dirceu lembrou que Lula foi eleito em 2002, basicamente pelas classes populares depois “de um grande ascenso nas lutas feitas desde a década de 1970” pela pelas forças progressistas, incluindo a CUT, centrais, os movimentos sociais. No entanto, disse o ex-ministro, “após uma grande revolução social nos anos 2000, veio o golpe que levou à destituição de Dilma e a prisão de Lula, num processo sumário de exceção e vieram anos de repressão ao PT, aos direitos sociais, e a instituições democráticas com Temer e Bolsonaro”, disse Zé Dirceu, se referindo ao fato como mais um ataque às classes populares.

Como resultado desse ataque houve um grande desmonte de todas as políticas sociais e direitos trabalhistas, que resultaram em precarização do trabalho, ataques às representações sindicais e outros fatores que contribuíram para uma desmobilização da classe trabalhadora.

Ainda como consequência, disse, “surgiu no Brasil uma consciência popular de direita, com participação das igrejas neopentecostais e anos de propaganda a favor do individualismo”, ele explicou.

O desafio agora, ele ressalta, se constitui na retomada do protagonismo das classes populares, por meio de lutas sociais, ou seja, de mobilização. “É preciso reconstruir as entidades, as lutas e a participação sindical e popular. Voltamos ao governo em uma outra conjuntura no mundo. O Brasil ainda tem recursos para manter soberania alimentar, energética, para fortalecer a indústria, se desenvolver e o desafio é criar a base social que apoie as mudanças necessárias”, pontuou.

**Enfrentamento:** “Movimentos sociais precisam disputar o apoio da sociedade. Há muito preconceito, mas por outro lado a agenda das elites inclui pautas como meio ambiente, questões sociais como contra machismo, a homofobia, então há que se encontrar a convergência, para assim derrotar o extremismo de direita”, disse José Dirceu.

### **Eleições**

José Dirceu ainda reforçou que é preciso que os movimentos populares se engajem nas eleições municipais de 2024. Se por um lado, as bases conservadoras contarão com poder econômico nas campanhas de seus candidatos,

as forças progressistas têm que reforçar sua atuação na militância para eleger prefeitos e vereadores comprometidos com as pautas da classe trabalhadora.

Ele explicou que uma vitória da esquerda no pleito resultará em um equilíbrio nas eleições nacionais de 2026, possibilitando que o Congresso Nacional tenha uma mudança em sua atual configuração, de maioria conservadora.

### **Pautas da Direção Nacional**

Ainda durante a reunião foram expostos temas que serão pautas prioritárias nos próximos tempos para a Central.

Uma delas é a correção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS. As contas do fundo, durante muito tempo foram corrigidas pela Taxa Referencial, a TR, que ficou abaixo da inflação por um longo período promovendo perdas aos trabalhadores. Após julgamento de ação sobre o tema no Supremo Tribunal Federal, o ministro Roberto Barroso decidiu que a correção deveria ser feita pela poupança, no entanto, sem efeito retroativo.

A CUT e as centrais com o apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), junto com o governo, estudam alternativas para dar um encaminhamento ao assunto para que o fundo não perca seu papel fundamental, que além de ser uma garantia aos trabalhadores, também financia programas de habitação e saneamento, fundamentais para o desenvolvimento da sociedade.

### **Apps**

A regulamentação dos trabalhadores por aplicativos, em especial, os entregadores, também foi abordada na reunião a título de informe sobre o andamento da questão. Atualmente mesas de negociação estão em progresso, envolvendo tanto os entregadores como os motoristas por aplicativo.

Neste caso, dos trabalhadores de Uber, 99, entre outras plataformas, já houve negociação com as plataformas e a regulamentação está em fase de “se colocar no papel”. O documento já está sendo ajustado e será divulgado em breve. Inclui pontos como a jornada de trabalho, piso salarial, previdência e mesa nacional de negociações.

Fonte: CUT - André Accarini



# Ação de vínculo de emprego em contrato autônomo deve passar pela Justiça comum

**A competência para julgar ação indenizatória que se baseia na alegação de desvirtuamento de um contrato de natureza autônoma, ainda que com o objetivo de reconhecer vínculo de trabalho, é da Justiça comum.**



**Ministra Nancy Andrighi decidiu conflito de competência monocraticamente, com base em jurisprudência do STJ**

Com esse entendimento, a ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça, declarou a Justiça Estadual como a competente para julgar uma ação ajuizada por uma particular contra uma empresa de comércio e

locação de contêineres.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

A ação foi ajuizada na 2ª Vara Cível do Trabalho de Itapacerica da Serra (SP), onde a juíza Thereza Christina Nahas vem afastando a própria competência com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

O objetivo da autora é reconhecer, primeiro, que o contrato autônomo assinado com a empresa foi desvirtuado. Posteriormente, quer dar contornos de vínculo empregatício.

Segundo a ministra Nancy Andrighi, isso demanda uma análise inicial da alegação de fraude no contrato, o que deve ser feito no juízo estadual. Se a validade for afastada, então será possível ajuizar demanda na Justiça do Trabalho.

“A causa de pedir está lastreada fundamentalmente na existência de má-fé da empresa na entabulação do contrato originário, de modo que é inviável decidir o pleito principal de reconhecimento de vínculo empregatício sem se imiscuir na causa de pedir deduzida na ação (alegação de fraude)”, explicou.

**FONTE: CONJUR**

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF